

Unicamp vai estudar o impeachment de Dilma

Departamento de Ciência Política abrirá curso livre amanhã

Henrique Hein
DA AGENCIA ANHANGUERA
henrique.hein@rac.com.br

O Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) abrirá amanhã as inscrições para um curso livre que discutirá o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ocorrido em 2016. Uma reunião definiu os detalhes finais da novidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). A proposta terá 30 aulas e será iniciada já no próximo dia 12.

Proposta terá apoio de docentes e aulas serão transmitidas ao vivo

De acordo com o chefe do Departamento de Política da Unicamp, Wagner Romão, a proposta terá o apoio de 30 docentes, que vão ministrar o curso no Auditório Fausto Castilho, o popular Auditório 1 da universidade.

“Fechamos todos os detalhes, falta apenas definir o número de vagas que serão abertas. Hoje, a capacidade do auditório é de 100 pessoas, então deveremos oferecer um número próximo a isso. As aulas ainda serão transmitidas ao vivo para que pessoas de todos os estados possam acompanhar”, explicou Romão.

A grade do curso livre terá três módulos. O primeiro vai introduzir aos alunos uma discussão sobre o tema “golpe de Estado”.

O segundo tratará sobre o contexto político do País durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma. Já o último módulo dissertará acerca das políticas do atual governo do emedebista Michel Temer.

Romão ressalta que as inscrições privilegiarão o público externo, mas que os alunos da Unicamp também poderão se inscrever.

As aulas, segundo ele, serão ministradas duas vezes por semana e os horários serão flexíveis.

“As aulas terão duas horas de duração, das 17h às 19h. Optamos por esse horário porque não queremos prejudicar ou deixar de fora os alunos das grades curriculares dos períodos da manhã, integral ou noturno”, disse o chefe do departamento.



Plenário do Senado durante a sessão deliberativa extraordinária que votou a denúncia do impeachment

PONTO DE VISTA

CRISTOVAM BUARQUE
Senador pelo PPS-DF e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Opinião favorável à Unicamp

“A própria Lei Aurea, embora tenha seguido rigorosamente o

processo legislativo, foi considerada como golpe por diversos parlamentares escravocratas, porque Joaquim Nabuco teria usado mecanismos para apressar o debate. Dessa forma, qualquer professor deve ter o direito de chamar de golpe a manifestação do processo eleitoral de 2014, que caracterizou um verdadeiro estelionato ao manipular preço de combustível, taxa de juros, subsídios para empresários. O mensalão do governo Lula ou do Temer também podem ser chamados de golpes.”

PONTO DE VISTA

PAULO GASPAR
Um dos organizadores do Movimento Brasil Livre (MBL)

Opinião contrária à Unicamp

“O processo de impeachment da

ex-presidente Dilma Rousseff foi um processo claramente legal. Ele foi votado e legitimado, diferentemente de um golpe de Estado como a esquerda insiste em defender. A Unicamp com essa ação está cometendo um crime inconstitucional. Ela não pode usar o dinheiro público para ministrar aulas que claramente possuem um interesse político na jogada.”

Proposta é semelhante à iniciativa da Universidade de Brasília

A proposta adotada pela Unicamp é semelhante à da Universidade de Brasília (UnB), que vai implementar neste ano na sua grade curricular o curso intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, com o objetivo de discutir também as ações do governo federal,

inclusive no que diz respeito à segurança pública e às eleições gerais. Segundo Wagner Romão, a decisão da Unicamp de criar o curso tem relação direta com as críticas publicadas pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Em sua conta no Twitter, o ministro criticou a

proposta da universidade federal. “Lamento que uma instituição respeitada e importante como a Universidade de Brasília faça uso do espaço público para promoção de militância político-partidária ao criar a disciplina ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’”, tuitou.

Por causa da declaração, a Comissão de Ética Pública da Presidência informou que o ministro terá que prestar esclarecimentos até o final desta semana. O processo analisará se Mendonça Filho cometeu abuso de autoridade no exercício do poder ao se manifestar contra a UnB. (HH/AAN)